



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
CÂMPUS AVANÇADO JAGUARÃO

CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

Forma subsequente

Início: 2014/1

SUMÁRIO

1 - DENOMINAÇÃO.....	5
2 - VIGÊNCIA.....	5
3 - JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS.....	5
3.1 - Apresentação	5
3.2 - Justificativa	7
3.3 - Objetivos.....	11
4 - PÚBLICO-ALVO E REQUISITOS DE ACESSO.....	11
4.1 - Para alunos brasileiros	11
4.2 - Para alunos uruguaios	11
5 - REGIME DE MATRÍCULA	12
6 - DURAÇÃO	12
7 - TÍTULO.....	12
8 - PERFIL PROFISSIONAL E CAMPO DE ATUAÇÃO	12
9 - ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	13
9.1 - Princípios metodológicos.....	12
9.1.1 - Competência Comportamental-Atitudinal.....	13
9.1.2 - Competência Técnico-cognitiva.....	14
9.2 - Prática profissional.....	14
9.2.1 - Estágio profissional supervisionado.....	15
9.2.2 - Estágio não obrigatório.....	15
9.3 - Atividades complementares.....	16
9.4 - Trabalho de conclusão de curso.....	16
9.5 - Matriz curricular.....	16
9.6 - Matriz de disciplinas eletivas.....	16
9.7 - Matriz de disciplinas optativas.....	16
9.8 - Matriz de pré-requisitos.....	16
9.9 - Matriz de disciplinas equivalentes.....	17
9.10 - Matriz de componentes curriculares a distância.....	17
9.11 - Disciplinas, ementas, conteúdos e bibliografia.....	17
9.12 - Flexibilidade Curricular	18
9.13 - Política de Formação Integral do Aluno	18
9.14 - Políticas de apoio ao estudante.....	18

9.15 - Formas de implementação das políticas de ensino, pesquisa e extensão.....	19
9.16 - Política de inclusão e acessibilidade do estudante.....	20
9.17 - Metodologia a ser Desenvolvida no Curso.....	22
10 - CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	23
11 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM APLICADOS AOS ALUNOS.....	23
11.1 - Avaliação de aprendizagem dos estudantes.....	23
11.2 - Procedimentos de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.....	24
12 - FUNCIONAMENTO DAS INSTÂNCIAS DE DELIBERAÇÃO E DISCUSSÃO.....	26
13 - PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	27
13.1 - Pessoal Docente e Supervisão Pedagógica.....	27
13.2 - Pessoal Técnico-administrativo	29
14 - INFRAESTRUTURA	30
14.1 - Instalações e equipamentos oferecidos aos professores e alunos.....	30
14.2 - Infraestrutura e Acessibilidade.....	31
14.3 - Infraestrutura de laboratórios específicos à Área do Curso	31

Curso Técnico em Edificações	
Habilitação	Técnico em Edificações
Carga Horária	1500 horas
Estágio Obrigatório	Não se aplica
Eixo Tecnológico	Infraestrutura

Aspectos Legais	
Aprovação do Projeto Pedagógico do Curso	Resolução nº 97/2013
Autorização do Funcionamento	Portaria nº 1230/2014
Aprovação na Câmara de Ensino	Resolução nº 30/2014

1 – DENOMINAÇÃO

Curso Técnico em Edificações, do eixo tecnológico de Infraestrutura na forma Subsequente.

2 – VIGÊNCIA

O Curso Técnico em Edificações na forma subsequente iniciou suas atividades 2014/1. O projeto passou por reavaliação, tendo em vistas as demandas de aperfeiçoamento identificadas pela coordenação ao longo de sua vigência, foi remodelado, culminando em alterações passando a vigor a partir do primeiro semestre de 2020.

Durante a sua vigência, este projeto será avaliado com periodicidade anual pela instância colegiada, sob a mediação do Coordenador de Curso, com vistas à ratificação e/ou à remodelação deste.

3 – JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

3.1 – Apresentação

Os antecedentes do Instituto Federal Sul-rio-grandense se situam no início do século XX, em 07 de julho de 1917, quando se realiza a assembleia de fundação da Escola de Artes e Oficinas. Entretanto, suas aulas começariam em 1930, no momento em que, por parte do Município de Pelotas, se institui a Escola Technica Profissional, que, por sua vez, viria a se denominar mais tarde como Instituto Profissional Técnico. Em 1942, por decreto do presidente Getúlio Vargas, é criada a Escola Técnica de Pelotas – ETP –, cuja atividade letiva começaria somente em 1945. A ETP assume a partir de 1959 a categoria de autarquia Federal e, em 1965, passa a ser denominada Escola Técnica Federal de Pelotas ETFPel. Nesta condição, passa a ter um papel destacado na formação de técnicos industriais, tornando-se uma instituição especializada na oferta de educação profissional de nível médio, tendo como conquista a formação de um grande número de estudantes nas habilitações de Mecânica, Eletrotécnica, Eletrônica, Edificações, Eletromecânica, Telecomunicações, Química e Desenho Industrial.

Em 1996 acontece a primeira expansão, com a criação da Unidade de Ensino Descentralizada na cidade de Sapucaia do Sul, e em 1998 a ETFPel é autorizada a ministrar cursos de nível Superior, efetivando-se esta oferta com a transformação em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas – CEFET-RS. Ainda na condição de CEFET se criam os câmpus Charqueadas (2006) e Passo Fundo (2007) completando a primeira fase da expansão. A segunda fase da expansão se dá em 2010, já na condição de Instituto Federal Sul-rio-grandense – constituído no marco da Lei nº 11.892, de dezembro de 2008 – com a criação dos câmpus Camaquã, Venâncio Aires e Bagé, a

incorporação do Campus Pelotas - Visconde da Graça – antes pertencente à UFPel – e a criação do câmpus avançado de Santana do Livramento. A terceira fase da expansão inclui, além da criação do câmpus avançado Jaguarão, a implantação os câmpus de Gravataí, Lajeado , Sapiranga e Novo Hamburgo.

A gênese do câmpus avançado de Jaguarão se remonta à primeira Audiência Pública, promovida pela Prefeitura, visando à vinda de uma escola técnica para o município e datada em 13 de maio de 2011. Mediada por várias reuniões e atividades, a expectativa da comunidade foi reforçada com uma nova audiência em março de 2012. Já, em março de 2013, a Secretaria de Educação do Município, em parceria com o IFSul, promove o Primeiro Fórum de Educação Técnica na Fronteira. Estas e outras atividades vieram sensibilizando a comunidade e em todos os casos contaram com importante presença das forças vivas da cidade, lotando o auditório da Biblioteca Pública Municipal ou o auditório do Câmpus Jaguarão da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), locais onde foram realizadas. Esta mobilização rendeu seus frutos no momento de definir as contrapartidas municipais para efetivar a implantação, na medida em que as decisões políticas refletiram o desejo manifesto da coletividade jaguareense de qualificar a oferta educativa pública com a vinda do Campus Avançado. Prontamente, de forma paralela à primeira Audiência – em 2011 –, a Prefeitura Municipal apresentou alternativas de espaços para a locação da Unidade. Entretanto, manteve-se na expectativa de uma sinalização positiva por parte do Governo Federal. Quando esta foi efetivamente dada por parte do MEC, com o envolvimento pessoal do próprio Prefeito Cláudio Martins, se efetiva a doação de dois espaços. Após várias negociações que tiveram início em fevereiro e março de 2013 foi doado um prédio tombado pelo IPHAN de aproximadamente 1100 m². Esse prédio por ser tombado e situar-se em um lugar que não permitiria o crescimento do campus foi necessária nova negociação com a Prefeitura. A prefeitura, através da Lei Municipal Nº 5.705, de 18 de abril de 2013, doou um terreno de 3,2 ha, no chamado Corredor das Tropas, facilitando assim o futuro crescimento do Campus.

O Curso Técnico em Edificações na modalidade subsequente e em caráter binacional, se impôs como primeiro curso a ser ofertado na medida em que vem atender a necessidade regional – e no geral de ambos os países – na formação de cidadãos como trabalhadores plenamente inseridos na sua realidade, com compreensão histórico-social do seu papel, com formação técnico-científica consistente e capacitados para acompanhar os avanços tecnológicos, com visão empreendedora e criativa, que enxerga o futuro, porém, sabe resgatar e preservar as raízes. O curso oferta 32 vagas anuais, sendo 16 vagas para brasileiros e 16 vagas para uruguaios.

3.2 – Justificativa

Brasil e Uruguai dividem aproximadamente 1.003 quilômetros de fronteira, esta linha tende a ser um espaço de constante trânsito. Características comuns, como as feições geográficas em que predominam planícies adequadas à pecuária extensiva e agricultura, especialmente as de arroz e soja, favorecem a integração e o intercâmbio¹.

O município de Jaguarão (28.482 hab.) pertence à microrregião de Jaguarão – que inclui as cidades de Arroio Grande (18.979 hab.) e Herval (6.969 hab.)² –, que por sua vez está inserida na Mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul, e é o caminho mais curto entre Porto Alegre e Montevideu, junto com a irmã cidade de Rio Branco (14.604 hab.)³ – com a qual está interligada pela histórica Ponte Mauá.

A proposta pedagógica do Curso de Edificações dimana de três elementos construtivos que alicerçam, a saber: Os dados macroeconômicos e sócios que emergem do estudo do arranjo produtivo local; a manifestação do interesse da comunidade de Jaguarão e Microrregião por meio de pesquisas, audiências públicas e a expressão direta de entidades de classe e do poder público (Municípios) e, finalmente, aspectos que fazem à necessidade de oferta de educação técnico-profissional na fronteira em caráter binacional.

Durante a sua vigência, este projeto foi reavaliado, sendo discutido em reuniões pedagógicas, com professores, equipe pedagógica e coordenação de curso. Após reavaliação surge uma nova proposta de intenção de realização do curso, com uma metodologia pedagógica integradora . Para atender essa nova demanda os conteúdos programáticos trabalhados nas diferentes disciplinas devem encontrar pontos de interseção e integração, para implementar atividades integradas.No ano de 2016 realizou-se a formatura da primeira turma do curso de técnico em edificações, na modalidade subsequente. A partir desta, formaram-se mais 4 turmas nesta modalidade. O curso passará a modalidade anual, com duração de dois anos e, concomitantemente vigorará a grade atual até seu fechamento de turmas, o que acontecerá no segundo período de 2020.

Dados macroeconômicos e sociais relevantes:

A microrregião de Jaguarão tem se caracterizado historicamente pela produção agropecuária, baseada fundamentalmente no cultivo de arroz e na criação de gado bovino, porém, nos últimos

¹ FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e Coisas da Fronteira Sul*. Porto Alegre: Sulina, 2001.

² Fonte dos dados populacionais das cidades brasileiras: IBGE, estimados para 2013.

³ Fonte: Instituto Nacional de Estadística (INE) do Uruguai, dados do Censo 2011.

anos têm se estendido, também, o cultivo da soja. Entretanto, estas formas de produção se dão em latifúndios, com grau elevado de mecanização, o que repercute em que o agro, sendo ainda a maior fonte de riqueza da região, não é o segmento que mais emprega. No que se refere especificamente a Jaguarão, na sua relação fronteiriça com a cidade de Rio Branco no Uruguai, tem se dado um importante crescimento na área de serviços, vinculado ao turismo comercial que se dá pelo atrativo dos *free shops* presentes na vizinha cidade. Existe agora a sinalização da construção de uma oferta de *free shops* também em Jaguarão, procurando atender à clientela uruguaia. Paralelamente, na cidade se desenvolvem fortes políticas públicas de resgate do patrimônio histórico, pretendendo, com isto, gerar uma oferta turística diversificada, que potencie e modifique o atual turismo, dito “de passagem”, em um fluxo permanente que extrapole o simples objetivo comercial, transformando-o em um turismo cultural histórico.

No âmbito educativo, devemos chamar a atenção para um grande déficit instrucional, o que coloca a Jaguarão e sua microrregião bastante aquém à média estadual, especialmente em relação ao Ensino Médio e a formação técnica. Como dado relevante podemos citar que das pessoas acima dos 25 anos, no Município de Jaguarão, 54,13% não completaram o ensino fundamental e 17,18% não completaram o Ensino Médio. Reforçando esta carência endêmica e a necessidade de uma reversão deste processo pernicioso de exclusão escolar, podemos anotar que havendo 2.373 indivíduos com idade entre 15 e 19 anos, a matrícula do Ensino Médio no Município de Jaguarão, em 2012, registra 821 alunos, havendo também 105 em cursos técnicos regulares e (extrapolando esta faixa etária) 135 matrículas no EJA de Nível Médio⁴. Em resumidas contas, podemos estimar que, aproximadamente, 60% dos jovens têm desistido ou têm dificuldades de se manter inseridos no sistema educativo no nível acorde com sua idade.

Manifestação do interesse da comunidade:

Como descrito na apresentação, houve um profundo comprometimento por parte das instituições locais e uma importante sensibilização por parte da sociedade. Desde 2011 aconteceram audiências públicas e foros visando à implantação de uma escola técnica em Jaguarão. Entretanto, a partir de uma sinalização efetiva de que um câmpus avançado viria a ser instalado na cidade no marco da Fase III da Expansão, o IFSul aplicando a metodologia desenvolvida precisamente pela Comissão da Expansão Fase III, criada aos efeitos de tratar da implantação dos novos câmpus. Através de audiências públicas e foros, a comunidade e instituições locais, apoiaram a implantação de uma nova escola técnica em Jaguarão, como marco da FASE III da expansão do IFSUL. Desde a primeira audiência o Eixo de Infraestrutura foi apontado com força, mais particularmente o Curso

⁴ Fonte: IBGE Censo escolar 2012.

de Edificações, com a particularidade de que atendessem duas condições: por um lado a binacionalidade e, por outro, que fossem incorporados conteúdos que introduzissem ao restauro, de modo que os profissionais formados tivessem sensibilidade para atender a particularidade histórica da cidade.

A necessidade da oferta binacional:

A ideia de fronteira que nos orienta neste projeto extrapola as definições tradicionais de fronteira que nos limita ao aspecto geográfico, físico e econômico, alcançando também as representações culturais, que, por sua vez, “remetem à vivência, às socialidades, às formas de pensar intercambiáveis, aos *ethos*, valores, significados contidos nas coisas, palavras, gestos, ritos, comportamentos e ideias”⁵. Assim como as fronteiras determinam limites e constituem linha demarcatória e, portanto efetivamente divisória, a fronteira é “ambivalente porque comporta dois estados de ser, e ambíguo porque traz consigo uma promessa de superação no tempo, na possibilidade de ser um outro, um terceiro”⁶. Em definitiva as fronteiras também constituem um elo cultural que na sua particularidade híbrida tende a constituir uma própria, fronteira.

É esta particularidade fronteira que precisamente pretende ser atendida pela oferta de cursos binacionais. Os mesmos vêm sendo construídos em parceria entre Brasil e Uruguai há algum tempo e tem incumbido ao IFSul e ao Consejo de Educación Técnica y Profesional/Universidad del Trabajo del Uruguay (CETP/UTU) serem pioneiros com a oferta de cursos binacionais nas cidades-irmãs de Santana do Livramento e Rivera, ampliando agora esta oferta para as cidades de Jaguarão e Rio Branco.

Tal parceria tem como base legal os seguintes acordos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai:

- 1) Acordo Básico de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, firmado em 12 de junho de 1975;
- 2) Acordo sobre Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Uruguaios e Brasileiros, subscrito em 21 de agosto de 2002;
- 3) Acordo para criação de “Escolas e/ou Institutos Binacionais Fronteiriços Profissionais e/ou Técnicos e para a Habilitação de Cursos Técnicos Binacionais Fronteiriços”, firmado em 01 de abril de 2005;

⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena. (org.) Fronteiras Culturais: Brasil – Uruguai – Argentina. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002, p.36.

⁶ Ibidem, p.37

Cabe acrescentar que a implementação dos cursos binacionais tem estado permanentemente na pauta das Reuniões de Alto Nível (RAN), cuja nona edição aconteceu no início de novembro de 2013 em Montevideu.

Considerando esses acordos, em 20 de outubro de 2010, as instituições IFSul e CETP-UTU concordaram em promover a criação de Cursos Binacionais em Região de Fronteira. As áreas técnicas atendidas seriam as de indústria, agroindústria, infraestrutura, administração e serviços, dentre outros, tentando em todos os casos explorar, numa proposta de complementaridade, as potencialidades e fortalezas da oferta educativa de ambas as instituições.

No marco dos três tópicos desenvolvidos até aqui na justificativa, o Curso Técnico em Edificações vem suprir uma necessidade crescente de pessoal qualificado na área da Construção Civil. O curso proposto formará técnicos cujo certificado binacional será chancelado por instituições amplamente reconhecidas em ambos os países. Em decorrência disto, poderão desempenhar sua profissão tanto nas cidades diretamente implicadas no projeto, como no interior de ambos os países.

A indústria da construção Civil é um segmento que possui a particularidade de transversalizar todo o arranjo produtivo, se originalmente moradia e obra pública representavam 85% da atividade neste setor, hoje esta participação tem se reduzido à metade, deixando espaço para a edificação de outro tipo de estruturas que atendem demandas diversas, como as do turismo; da geração de energia; do comércio e da logística no geral – com suas grandes superfícies construídas –, além de atender à indústria e à agroindústria.

Para concluir, podemos afirmar, por um lado, que a oferta do Curso Técnico em Edificações na forma Subsequente e em caráter binacional, na cidade de Jaguarão, responde a uma necessidade historicamente postergada de oferta de cursos técnicos de qualidade e que atendam às especificidades das regiões de fronteira, atendendo a fluidez deste âmbito no que concerne ao mundo do trabalho, onde já no seu cotidiano, os cidadãos de ambos os países transitam e trabalham a um e outro lado sem, na maioria dos casos, possuírem uma habilitação que lhes reconheça uma formação no país vizinho. Por outro lado, a oferta de um curso binacional no Eixo Tecnológico de Infraestrutura e, mais particularmente, Edificações, atende a perspectiva de uma crescente demanda desta formação para responder a um desenvolvimento econômico diversificado e sustentado na região, contribuindo com um técnico com formação sólida e abrangente, capaz de se adaptar às novas tecnologias sem esquecer-se do contexto histórico-cultural em que está inserido. Um técnico que tenha capacidade empreendedora, mas, que por sua vez seja apto a trabalhar em equipe, tanto no canteiro de obras, como num escritório da construção civil, com consciência social e ambiental.

3.3 – Objetivos

Propiciar uma formação profissional crítica, contextualizada que qualifique o Técnico para atuar na área da construção civil, visando suprir as necessidades do desenvolvimento do Brasil e do Uruguai e que possua competências para atuar em ambos países – em empresas públicas ou privadas de construção civil, em escritórios de projetos e de construção civil, no canteiro de obras, em indústrias da construção civil ou de forma autônoma –, na elaboração de projetos, orçamentos e levantamentos de material para estimativa de custo; em laboratórios de materiais de construção e solos; em levantamentos topográficos; no planejamento e execução de obras de construção civil; na coordenação de equipes de trabalho, seleção e treinamento de pessoal; na realização de interfaces entre áreas técnicas e administrativas das construtoras, em obras de preservação e recuperação patrimonial e que, também, tenha autonomia e capacidade empreendedora, visando em qualquer circunstância à melhoria das condições de vida da sociedade de forma sustentável.

4 – PÚBLICO-ALVO E REQUISITOS DE ACESSO

Para ingressar no Curso Técnico em Edificações, os candidatos deverão ter concluído o Ensino Médio ou equivalente no Brasil, ou o 6º ano da Educação Secundária no Uruguai.

4.1 – Para alunos brasileiros

O processo seletivo para ingresso de brasileiros no curso será regulamentado em edital específico.

4.2 – Para alunos uruguaios

O ingresso de alunos uruguaios se dará conforme a regulamentação do CETP-UTU e em consonância com o Art. VIII do Acordo Binacional para a Criação de Escolas e/ou Institutos Binacionais de Fronteira.

5 – REGIME DE MATRÍCULA

Regime do Curso	Anual
Regime de Matrícula	Seriado
Turno de Oferta	Noite
Número de Vagas	32 vagas (16 alunos uruguaios e 16 brasileiros)
Regime de Ingresso	Anual

6 – DURAÇÃO

Duração do Curso	2 anos
Prazo máximo de integralização	4 anos
Carga horária em disciplinas obrigatórias	1500 h
Carga horária em disciplinas eletivas	Não previsto
Estágio Profissional Supervisionado	Não previsto
Atividades Complementares	Não previsto
Trabalho de Conclusão de Curso	Não previsto
Carga Horária Total Mínima do Curso	1500 h
Carga Horária Total do Curso	1500 h
Optativas	Não previsto

7 – TÍTULO

Após a integralização da carga horária total do curso binacional, incluindo atividades complementares, o aluno receberá o diploma, reconhecido automaticamente pelo IFSul de **Técnico em Edificações** e CETP-UTU, de **Técnico Constructor de Obra Civil**.

8 – PERFIL PROFISSIONAL E CAMPO DE ATUAÇÃO

O egresso do Curso Técnico em Edificações deverá ser capaz de utilizar os conhecimentos da formação técnica – baseado nos princípios de humanismo, solidariedade, criticismo, criatividade e ética – na resolução de situações no exercício da profissão, atuando nas áreas de planejamento e execução de projetos de edificações, elaboração de orçamentos, assistência técnica para o comércio, manutenção e utilização de equipamentos especializados da área, com ênfase em obras de preservação e recuperação patrimonial. Terá condições de resgatar técnicas e materiais tradicionais sem deixar de buscar soluções inovadoras e adequadas à realidade do mercado,

utilizando as tecnologias da construção civil com criatividade, sabedoria e eficiência, visando à melhoria das condições de vida da sociedade de forma sustentável.

Com relação ao campo de atuação, o egresso do curso poderá atuar no Brasil e no Uruguai, em empresas públicas e privadas de construção civil, em escritórios de projetos e de construção civil e em canteiros de obras, além de ser capacitado como prestador autônomo de serviços ou empreendedor na área.

9 – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

9.1 - Princípios metodológicos

Em conformidade com os parâmetros pedagógicos e legais para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, o processo de ensino-aprendizagem privilegiado pelo Curso Técnico em Edificações contempla estratégias problematizadoras, tratando os conceitos da área técnica específica e demais saberes atrelados à formação geral do estudante, de forma contextualizada e interdisciplinar, vinculando-os permanentemente às suas dimensões do trabalho em seus cenários profissionais.

As metodologias adotadas conjugam-se, portanto, à formação de habilidades e competências atendendo à vocação do Instituto Federal Sul-rio-grandense, no que tange ao seu compromisso com a formação de sujeitos aptos a exercerem sua cidadania, bem como à identidade desejável aos Cursos Técnicos, profundamente comprometidos com a inclusão social, através da inserção qualificada dos egressos no mercado de trabalho.

Para tanto, ganham destaque estratégias educacionais que privilegiem:

- Atividades integradoras, como projetos, práticas e outras atividades que promovam o diálogo entre diferentes componentes curriculares e envolvam ensino, pesquisa e extensão;
- Pesquisa como princípio educativo;
- Aulas práticas;
- Atividades experimentais;
- Visitas técnicas e vivências profissionais que propiciem a contextualização de situações práticas;
- Projetos de ensino, pesquisa e extensão;
- Eventos culturais e de divulgação científica;
- Horários de atendimento com os professores;
- Monitorias;
- Oficinas de aprendizado;

- Metodologias adequadas ao nível, etapa, modalidade e forma de ensino;
- Atendimento biopsicossocial e pedagógico;
- Diálogo entre a escola, família e comunidade;
- Demais ações que venham a contribuir para a formação integral dos estudantes e o fortalecimento do currículo integrado.

9.1.1 – Competência Comportamental-Atitudinal

O Técnico com certificação binacional em Edificações é o profissional que possui competência para:

- Usar diferentes possibilidades de aprendizagem mediada por tecnologias no contexto processo produtivo e da sociedade do conhecimento, desenvolvendo e aprimorando autonomia intelectual, pensamento crítico, espírito investigativo e criativo;
- Compreender seu papel num quadro de formação/aprendizagem permanente e de contínua superação das competências pessoais e profissionais adquiridas, reconhecendo a complexidade e a mudança como características de vida;
- Possuir flexibilidade e predisposição para a aprendizagem social, histórica, cultural, política e/ou emocional;
- Possuir visão contextualizada de sua profissão em termos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais;
- Entender e valorizar a leitura como objeto cultural que promove a inserção no mundo do trabalho.
- Valorizar e respeitar as variações linguísticas compreendendo-as na dimensão histórico-cultural;
- Valorizar a língua como marca identitária dos sujeitos e como objeto que possibilita a interação dos indivíduos nas organizações;
- Possuir visão crítica e consistente sobre o impacto de sua atuação profissional na sociedade; compreender os processos técnicos, históricos e estéticos relacionados ao patrimônio cultural; mobilizar eficazmente recursos e saberes, no sentido de atender a objetivos coletivos, profissionais e pessoais, mesmo em contextos de incertezas;
- Ser inovador e eficiente na solução dos problemas.
- Atuar social e profissionalmente de forma ética e cooperativa em equipes multidisciplinares; atuar de forma a melhorar as condições de trabalho dos usuários, preservando o meioambiente;

- Defender a flexibilidade das atividades como alternativa perante as vulnerabilidades da sociedade e do mercado;
- Possuir consciência da necessidade de estar sempre tecnologicamente atualizado com as mudanças da sua profissão;
- Demonstrar capacidade de organização, liderança, facilidade e clareza de comunicação, iniciativa com ética na tomada de decisão.
- Desenvolver o senso crítico referente às teorias e técnicas de restauro.

9.1.2 – Competência Técnico-cognitiva

- Executar trabalhos e serviços técnicos na área da construção civil de forma autônoma ou sob supervisão de profissionais de nível superior no marco das suas competências definidas por leis e resoluções.
- Utilizar equipamentos, instalações e materiais aplicados à construção civil;
- Aplicar as normas técnicas concernentes aos respectivos processos de trabalho;
- Conduzir equipes de execução, instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção em trabalhos técnicos na construção civil;
- Treinar equipes de execução de obras e serviços técnicos;
- Fiscalizar a execução de serviços e atividades de sua competência;
- Executar trabalhos de mensuração e controle de qualidade;
- Executar serviços de manutenção e instalação de equipamentos;
- Prestar assistência técnica, ao nível de sua habilitação, na compra e venda de equipamentos e materiais; elaborar orçamentos relativos às atividades de sua competência;
- Executar desenho técnico;
- Reconhecer processos construtivos tradicionais históricos e utilizar técnicas e materiais compatíveis com os mesmos.

9.2 - Prática profissional

Com a finalidade de garantir o princípio da indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino e aprendizagem, o curso privilegia metodologias problematizadoras, que tomam como objetos de estudo os fatos e fenômenos do contexto educacional da área de atuação técnica, procurando situá-los, ainda, nos espaços profissionais específicos em que os estudantes atuam. Nesse sentido, a prática profissional figura tanto como propósito formativo, quanto como princípio metodológico, reforçando, ao longo das vivências curriculares, a articulação entre os fundamentos teórico-conceituais e as vivências profissionais.

Esta concepção curricular é objetivada na opção por metodologias que colocam os variados saberes específicos a serviços da reflexão e ressignificação das rotinas e contextos profissionais, atribuindo ao trabalho o status de principal princípio educativo, figurando, portanto, como eixo articulador de todas as experiências formativas.

Ao privilegiar o trabalho como princípio educativo, a proposta formativa do Curso Técnico em Edificações assume o compromisso com a dimensão da prática profissional intrínseca às abordagens conceituais, atribuindo-lhe o caráter de transversalidade. Assim sendo, articula-se de forma indissociável à teoria, integrando as cargas horárias mínimas da habilitação profissional, conforme definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Em consonância com esses princípios, a prática profissional no Curso Técnico em Edificações traduz-se curricularmente por meio de aulas práticas, estudos de caso, visitas técnicas, realização de projetos e atividades integradoras que proporcionam a articulação entre teoria e prática, estimulando a pesquisa como princípio educativo e promovendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Os alunos também poderão realizar Estágio não obrigatório, complementando sua formação e serão estimulados a participar de eventos científicos, projetos, oficinas e outras atividades complementares.

9.2.1 - Estágio profissional supervisionado

Considerando a natureza tecnológica e o perfil profissional projetado, o Curso Técnico em Edificações não oferta estágio Profissional supervisionado, assegurando no entanto, a prática profissional intrínseca ao currículo desenvolvida nos ambientes de aprendizagem.

9.2.2 - Estágio não obrigatório

No Curso Técnico em Edificações prevê-se a oferta de estágio não-obrigatório, em conformidade com o Regulamento de Estágio do IFSul, em caráter opcional e acrescido à carga horária obrigatória, assegurando ao estudante a possibilidade de trilhar itinerários formativos particularizados, conforme seus interesses e possibilidades.

O estágio deverá ser orientado por um professor da área e submetido a coordenação de curso previamente para análise das atribuições do estagiário, verificando a pertinência para a formação

do educando e se o educando já cumpriu as disciplinas que são pré-requisitos para a atribuição que irá desempenhar no estágio.

Após conclusão o estudante deverá entregar o relatório do estágio ao setor responsável que encaminhará o mesmo para a coordenação de curso, que avaliará o relatório para validação desta atividade formativa opcional.

9.3 Atividades complementares

O Curso Técnico em Edificações não prevê Atividades Complementares.

9.4 Trabalho de Conclusão de Curso

Será considerado como trabalho de conclusão do curso o trabalho da disciplina Projeto Final de Avaliação.

9.5 - Matriz curricular

Vide anexo.

9.6 - Matriz de disciplinas eletivas

Não previsto.

9.7 - Matriz de disciplinas optativas

Não previsto.

9.8 - Matriz de pré-requisitos

Não previsto.

9.9 - Matriz de disciplinas equivalentes

Vide anexo.

9.10 - Matriz de componentes curriculares a distância

Com a intenção dinamizar os processos de aprendizagem em relação a determinados programas, o colegiado de curso poderá prever componentes curriculares a distância. Os referentes componentes curriculares estão previstos no Projeto Pedagógico do Curso. A definição dos componentes curriculares a distância passará pela avaliação do colegiado e constará da matriz curricular após a aprovação desta instância e encaminhamento demais instâncias institucionais, seguindo o Plano de Ensino e Guia Didático da disciplina, divulgado aos estudantes no início do período letivo e não devendo ultrapassar o equivalente a 20% de horas/aula da disciplina.

9.11 - Disciplinas, ementas, conteúdos e bibliografia

Vide anexo.

9.12 – Flexibilidade Curricular

Considerando a diversidade de espaços de construção de conhecimento, a flexibilidade curricular dar-se-á através da análise de documentos oficiais que comprovem a aprovação em disciplinas pertencentes à mesma área, com equivalência de conteúdos, de nível de ensino e de carga horária aos exigidos no curso, oriundos de instituições oficialmente reconhecidas.

9.13 – Política de Formação Integral do Aluno

Partindo do pressuposto de que a educação é um processo integral, compreende-se que ela deva aliar formação técnica e humana, potencializando a atuação ética e cidadã na vida e no mundo do trabalho

Assim, o currículo e as práticas pedagógicas traduzem essa intenção, de forma que as diferentes disciplinas propiciem o desenvolvimento do raciocínio lógico, da comunicação e da expressão, do empreendedorismo, do trabalho em equipe. Para tanto, ganham destaque ações que privilegiem: - A interdisciplinaridade, com a constante busca de momentos de reflexão sobre os conhecimentos a serem trabalhados em cada disciplina e a possibilidade de inter-relação com as demais

disciplinas, visando que o aluno, consiga compreender o todo e não fragmentos atrelados a disciplina individualmente, vinculando-os permanentemente às suas dimensões do trabalho em seus cenários profissionais.

Baseada nessas concepções, a proposta do processo educativo do Campus visa acompanhar e promover o desenvolvimento das habilidades de aprender a aprender, de aprender a fazer, de aprender a conviver e de aprender a ser, orientadas por critérios éticos, comprometidos com a vida. Busca-se, além disso, o aprimoramento das qualidades pessoais de cada educando, fomentando suas potencialidades intelectuais, afetivas e psicossociais. Todos esses intentos envolvem a capacidade de analisar, avaliar, planejar, decidir, expor e defender ideias e de agir como sujeitos históricos e atores sociais que somos, fazendo acontecer a história e mudando o seu rumo, se necessário.

Considerando a diversidade das áreas do conhecimento, são priorizadas práticas que estimulem a percepção de cada aluno, o raciocínio lógico e a criatividade. Através de atividades relacionadas à área de Edificações, aprimora-se a competência de saber onde e como buscar as informações necessárias para desenvolvimento de tarefas, além de analisar exemplos e aprimorá-los para utilização.

Os trabalhos em grupo recebem destaque, sendo propostos no decorrer do curso, com vistas ao exercício de divisão de tarefas e de responsabilidades e ao desenvolvimento de lideranças, enfatizando-se que o sucesso coletivo depende do empenho de todos para sua realização. Além de envolver esses conceitos, trabalhar em equipe promove aprendizagens para a vida em sociedade, já que compreende a ética, a interação com o meio, o respeito a hierarquias, a construção de objetivos comuns, o alcance de metas e o cumprimento de prazos para alcance do sucesso.

9.14 - Políticas de apoio ao estudante

O IFSul possui diferentes políticas que contribuem para a formação dos estudantes, proporcionando-lhes condições favoráveis à integração na vida acadêmica.

Estas políticas são implementadas através de diferentes programas e projetos, quais sejam:

- Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES);
- Programa de Intercâmbio e Mobilidade Estudantil;
- Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Programa de Monitoria;
- Projetos de apoio à participação em eventos;
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);

- Programa Nacional do Livro Didático (PNLD);
- Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE);
- Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID);
- Programa Bolsa Permanência;
- Programa de Tutoria Acadêmica.

No âmbito do Curso são adotadas as seguintes iniciativas:

- Aulas de reforço (Horários de atendimento);
- Oficinas especiais para complementação de estudos (como o projeto matemática básica e as oficinas de aprendizados);
- Monitorias;
- Serviço de apoio pedagógico e educacional;
- Serviço de atendimento educacional especializado;
- Serviço de assistência estudantil;
- Projetos de ensino, pesquisa e extensão relacionados ao curso e a formação geral;
- Apoio à participação em eventos como feiras de ciências e atividades culturais;
- Incentivo à realização de eventos e atividades culturais;

9.15 - Formas de implementação das políticas de ensino, pesquisa e extensão

Serão incentivados, no curso de Edificações, espaços de discussão sobre quais conhecimentos e com que perspectivas poderiam vir a proporcionar possibilidades dos sujeitos agirem de forma responsável e interferirem solidariamente no seu contexto histórico e social.

Além disso, serão desenvolvidas atividades que promovam a problematização das questões de forma contextualizada, sempre que possível proporcionando situações concretas, seja por meio de estudos de caso, experimentos, ou por visitas técnicas e vivências que permitam que os estudantes conheçam os problemas *in loco*.

Buscando assim, provocar, no estudante, atitudes que despertem a curiosidade acerca do conhecimento e da sociedade, para que possam formular questões de investigação no campo mais formal que comporá a pesquisa acadêmica.

Portanto, serão integrados: ensino, pesquisa, e relações comunitárias, os quais deverão ser planejados, executados, acompanhados e avaliados para que se mantenham constantemente inteirados com a sociedade em geral, e, em particular, com o mundo do trabalho.

- Visitas técnicas para que os alunos relacionem os conteúdos com a realidade, observando as atividades profissionais, reconhecendo os problemas ambientais de sua região e vivenciando as práticas da sua área profissional.

- Incentivo às atividades de pesquisa e extensão relacionadas à realidade regional.

- Realização de convênios promovendo a integração entre empresa e escola.

Além disso, os professores podem submeter projetos de ensino, pesquisa e extensão à editais de fomento, tanto do IFSUL como de agências de fomento, ampliando as oportunidades de iniciação científica aos estudantes por meio de concessões de estágios.

9.16 Política de Inclusão e Acessibilidade do Estudante

Entende-se como educação inclusiva a garantia de acesso e permanência do estudante na instituição de ensino, implicando, desta forma, no respeito às diferenças individuais, especificamente, das pessoas com deficiência, diferenças étnicas, de gênero, culturais, socioeconômicas, entre outras.

A Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul, amparada na Resolução nº 51/2016, contempla ações inclusivas voltadas às especificidades dos seguintes grupos sociais:

I - pessoas com necessidades educacionais específicas: consolidando o direito das pessoas com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas habilidades/Superdotação, sendo o Núcleo de Apoio às Necessidades Específicas – NAPNE, o articulador destas ações, juntamente com a equipe multiprofissional do Câmpus.

II – gênero e diversidade sexual: e todo o elenco que compõe o universo da diversidade para a eliminação das discriminações que as atingem, bem como à sua plena integração social, política, econômica e cultural, contemplando em ações transversais, tendo como articulador destas ações o Núcleo de Gênero e Diversidade – NUGED.

III – diversidade étnica: voltados para o direcionamento de estudos e ações para as questões étnico-raciais, em especial para a área do ensino sobre África, Cultura Negra e História, Literatura e Artes do Negro no Brasil, pautado na Lei nº 10.639/2003 e das questões Indígenas, Lei nº 11.645/2008, que normatiza a inclusão das temáticas nas diferentes áreas de conhecimento e nas ações pedagógicas, ficando a cargo do Núcleo de Educação Afro-brasileira e Indígena – NEABI.

Para a efetivação da Educação Inclusiva, o Curso Técnico em Edificações, considera todo o regramento jurídico acerca dos direitos das pessoas com deficiência, instituído na Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/1996; na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008; no Decreto nº 5.296/2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com Deficiência ou com mobilidade reduzida; na Resolução CNE/CEB nº 2/2001 que Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; no Decreto nº 5.626/2005, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; no Decreto nº 7.611/2011 que versa sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado; na Resolução nº 4/2010 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica; na Lei nº 12.764/2012 que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; no parecer CNE/CEB nº 3 de 2013, o qual trata da Terminalidade Específica e na Lei nº 13.146/ 2015 que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A partir das referidas referências legais apresentadas, o Curso Técnico em Edificações, assegura currículos, métodos e técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender as necessidades individuais dos estudantes. Contempla ainda em sua proposta a possibilidade de flexibilização e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, das metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados, dos processos de avaliação compreensiva, da terminalidade específica, adequados ao desenvolvimento dos alunos e em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória. Bem como, a garantia de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio de oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena, atendendo às características dos estudantes com deficiência, garantindo o pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, favorecendo ampliação e diversificação dos tempos e dos espaços curriculares por meio da criatividade e inovação dos profissionais de educação, matriz curricular compreendida como propulsora de movimento, dinamismo curricular e educacional.

Para o planejamento das estratégias educacionais voltadas ao atendimento dos estudantes com deficiência, será observado o que consta na Instrução Normativa nº 3 de 2016, que dispõe sobre os procedimentos relativos ao planejamento de estratégias educacionais a serem dispensadas aos estudantes com deficiência, tendo em vista os princípios estabelecidos na Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul.

9.17 – Metodologia a ser Desenvolvida no Curso

O foco do corpo docente do curso técnico binacional em Edificações está na aprendizagem pelo estudante e não na mera exposição de conteúdos pelo professor. Neste sentido, o estudante conta

com um conjunto de elementos de apoio à aprendizagem, entre os quais se destacam o professor, os períodos de monitoria das disciplinas, as disciplinas que desenvolvem atividades práticas, a biblioteca, os laboratórios, as oficinas etc.

Com o objetivo de aproximar o aluno ao mundo do trabalho e aprimorar a aprendizagem da prática profissional, o professor deverá propor visitas técnicas a indústrias de materiais de construção e a canteiros de obras. Estas atividades deverão estar previstas no Plano de Ensino da disciplina, e divulgadas aos alunos no início do período letivo.

Com a integração das disciplinas, nas suas variadas áreas, comunicativas entre si, o aluno poderá utilizar os conhecimentos de várias disciplinas para compreender o conteúdo sob diferentes pontos de vista, o que levará as disciplinas a terem a atuação simultânea de mais de um professor na sala de aula. As disciplinas de caráter técnico prático, para êxito no processo de ensino-aprendizagem, onde os componentes curriculares, por parte discente demandam maior tempo e atenção, poderão ser divididas, de acordo com as possibilidades de carga horária docente.

O curso possui a peculiar característica de ser binacional, reunindo alunos brasileiros e uruguaios numa mesma sala de aula e ao final conferindo um certificado reconhecido em ambos os países, Brasil e Uruguai. Sendo assim, compõem o currículo a Disciplina de Comunicação e Expressão em Espanhol e Português onde o professor com formação Português/Espanhol, desenvolverá atividades nas duas línguas, com objetivo de desenvolver a proficiência dos alunos nos dois idiomas e ampliar as possibilidades de discussão e reflexão nos dois idiomas.

10 – CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Atendendo ao que dispõe o Art. 41 da LDB 9.394/96 e os Art. 35 e 36 da Resolução CNE/CEB Nº 06/2012, poderão ser aproveitados os conhecimentos e as experiências anteriores, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, que tenham sido desenvolvidos:

- em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- em Cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;
- em outros Cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por meios informais ou até mesmo em Cursos superiores de Graduação, mediante avaliação do estudante;
- por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

Os conhecimentos adquiridos em Cursos de Educação Profissional inicial e continuada, ou cursos em geral, no trabalho ou por outros meios informais, serão avaliados mediante processo próprio regrado operacionalmente na Organização Didática da Instituição, visando reconhecer o domínio de saberes e competências compatíveis com os enfoques curriculares previstos para a habilitação almejada e coerentes com o perfil de egresso definido no Projeto de Curso.

Este processo de avaliação deverá prever instrumentos de aferição teórico-práticos, os quais serão elaborados por banca examinadora, especialmente constituída para este fim.

A referida banca deverá ser constituída pela Coordenação do Curso e será composta por docentes habilitados e/ou especialistas da área pretendida e profissionais indicados pela Diretoria/Chefia de Ensino do Campus.

Na construção destes instrumentos, a banca deverá ter o cuidado de aferir os conhecimentos, habilidades e competências de natureza similar e com igual profundidade daqueles promovidos pelas atividades formalmente desenvolvidas ao longo do itinerário curricular do Curso.

O registro do resultado deste trabalho deverá conter todos os dados necessários para que se possa expedir com clareza e exatidão o parecer da banca. Para tanto, deverá ser montado processo individual que fará parte da pasta do estudante.

No processo deverão constar memorial descritivo especificando os tipos de avaliação utilizada (teórica e prática), parecer emitido e assinado pela banca e homologação do parecer assinado por docente da área indicado em portaria específica.

Os procedimentos necessários à abertura e desenvolvimento do processo de validação de conhecimentos e experiências adquiridas no trabalho encontram-se detalhados na Organização Didática do IFSul.

11 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM APLICADOS AOS ALUNOS

11.1 - Avaliação da aprendizagem dos estudantes

Concebe-se a avaliação como mais um elemento do processo de ensino aprendizagem, o qual nos permite conhecer o resultado de nossas ações didáticas e, por conseguinte, melhorá-las. Ela deve ser contínua, formativa e personalizada, contribuir para o desenvolvimento das capacidades dos estudantes, e estimulá-los a continuar a aprender.

A avaliação no IFSul é compreendida como processo, numa perspectiva libertadora, tendo como finalidade promover o desenvolvimento pleno do educando e favorecer a aprendizagem. Em sua função formativa, a avaliação transforma-se em exercício crítico de reflexão e de pesquisa em sala de aula, propiciando a análise e compreensão das estratégias de aprendizagem dos estudantes, na busca de tomada de decisões pedagógicas favoráveis à continuidade do processo.

A avaliação, sendo dinâmica e continuada, não deve limitar-se à etapa final de uma determinada prática. Deve, sim, pautar-se pela observação, desenvolvimento e valorização de todas as etapas de aprendizagem, estimulando o progresso do educando em sua trajetória educativa.

A intenção da avaliação é de intervir no processo de ensino e de aprendizagem, com o fim de diagnosticar necessidades dos educandos e do processo educativo e buscar alternativas para a superação dessas dificuldades, visando identificar potencialidades e limites educativos promovendo a ampliação dos conhecimentos e habilidades dos estudantes.

No âmbito do Curso Técnico em Edificações, a avaliação do desempenho será feita de maneira formal, com a utilização de diversos instrumentos de avaliação, pela análise de trabalhos, desenvolvimento de projetos, participação nos fóruns de discussão, provas e por outras atividades propostas de acordo com a especificidade de cada disciplina. Cada período letivo será composto por duas etapas de avaliação. Será adotado valor numérico como forma de expressar o resultado do processo avaliativo, com arredondamento sempre para o valor superior.

A sistematização do processo avaliativo será em acordo com a Organização Didática do Instituto.

Sistema de Registro da Avaliação		
<input checked="" type="checkbox"/> Nota	<input type="checkbox"/> Conceito	
Nº de etapas: <input type="checkbox"/> única <input checked="" type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4	Número de escalas:	
Arredondamento (x) 0,1 () 0,5	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 4
	A: aprovado; NA: não aprovado	A, B, C: aprovado; D: não aprovado

11.2 - Procedimentos de avaliação do Projeto Pedagógico de Curso

A avaliação do Projeto Pedagógico de Curso é realizada de forma processual, promovida e concretizada no decorrer das decisões e ações curriculares. É caracterizada pelo acompanhamento continuado e permanente do processo curricular, identificando aspectos significativos, impulsionadores e restritivos que merecem aperfeiçoamento, no processo educativo do Curso.

O processo de avaliação do Curso é sistematicamente desenvolvido pela coordenação de Curso, sob a coordenação geral do Coordenador de Curso, conforme demanda avaliativa emergente.

Para fins de subsidiar a prática autoavaliativa capitaneada pela Coordenação, o Curso Técnico em Edificações levanta dados sobre a realidade curricular por meio de sugestões dos alunos

informadas: nos relatórios de estágio não obrigatório, conselhos de classe, debates com professores, reuniões semestrais com a coordenação de curso, reuniões com a direção e pesquisa institucional, na qual questionários são aplicados aos alunos e aos egressos. Também são analisados dados sobre retenção e reprovação, registros de atendimentos individuais aos alunos, informações sobre as atividades econômicas desenvolvidas na região, consulta de documentos, como o Catálogo nacional de cursos técnicos e código brasileiro de ocupações e sugestões do grupo de estudos sobre ensino médio integrado.

Soma-se a essa avaliação formativa e processual, a avaliação interna conduzida pela Comissão Própria de Avaliação, conforme orientações do Ministério da Educação.

12 – FUNCIONAMENTO DAS INSTÂNCIAS DE DELIBERAÇÃO E DISCUSSÃO

De acordo com o Estatuto, o Regimento Geral e a Organização Didática do IFSul as discussões e deliberações referentes à consolidação e/ou redimensionamento dos princípios e ações curriculares previstas no Projeto Pedagógico de Curso, em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional, são desencadeadas nos diferentes fóruns institucionalmente constituídos para essa finalidade:

- Núcleo Docente Estruturante (NDE): núcleo obrigatório para os Cursos Superiores e opcional para os demais, responsável pela concepção, condução da elaboração, implementação e consolidação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso;
- Colegiado/Coordenadoria de Curso: responsável pela elaboração e aprovação da proposta de Projeto Pedagógico no âmbito do Curso;
- Pró-reitoria de Ensino: responsável pela análise e elaboração de parecer legal e pedagógico para a proposta apresentada;
- Colégio de Dirigentes: responsável pela apreciação inicial da proposta encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino;
- Conselho Superior: responsável pela aprovação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino (itens estruturais do Projeto);
- Câmara de Ensino: responsável pela aprovação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino (complementação do Projeto aprovado no Conselho Superior).

A coordenação de curso, eleita pelos servidores(as) técnico administrativos e docentes, bem como pelos discentes e, de acordo com o Regulamento do Campus, irá presidir comissão de avaliação do curso composta pelos docentes da área técnica e no mínimo um docente de cada área da

formação básica, a comissão irá observar os dados levantados, dialogar com os professores das disciplinas, dialogar com os estudantes do ano letivo em que a disciplina é oferecida e construir propostas. As propostas deverão ser avaliadas pela área do conhecimento, professor da disciplina e coordenação de curso e encaminhadas ao chefe de ensino do câmpus que submeterá as alterações à Pró-reitoria de ensino para revisão e encaminhamento ao Colégio de dirigentes, Conselho superior e Câmara de Ensino para aprovação.

13 – PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

13.1 – Pessoal Docente e Supervisão Pedagógica

Nome	Disciplinas que leciona	Graduação/Universidade:	Regime de Trabalho:
Ana Paula Sturbelle Schiller	Análise Estrutural I e II; Desenho Técnico; Práticas de Laboratório; Projeto Final de Avaliação.	Graduação: Engenharia Civil (UCPEL) Pós-graduação: Especialização: Gestão de Projeto (UNOPAR)	40h DE
Átila Martins Gomes	Práticas construtivas; Projeto e práticas hidro-sanitárias.	Graduação: Engenharia Civil (UFPEL) Pós-graduação: Especialização Segurança do Trabalho (UCPEL)	40h DE
Claudia Anahí Aguilera Larrosa	Introdução à construção civil, conservação e restauro; Conhecimento integrador na construção civil e restauro; Projeto arquitetônico.	Graduação: Arquitetura e Urbanismo (UFPEL) Pós-graduação: Mestrado – Engenharia Ambiental (UFSC)	40h DE

Cristina Zaniol	Ciências da Natureza Aplicadas	Graduação: Bacharelado e Licenciatura em Matemática (UFRGS) Pós-Graduação: Mestrado em Matemática Aplicada (UFRGS)	40h DE
Danilo	Mecânica dos solos e fundações; Práticas de Laboratório; Materiais e técnicas construtivas.	Graduação: Engenharia Civil (UFRGS) Pós-graduação: Especialização Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (UFRGS)	40h DE
Dieferson da Costa Estrela	Ciências da Natureza Aplicadas	Graduação: Licenciatura em Ciências Biológicas (IF Goiano). Pós-graduação: Mestrado – Biodiversidade Animal (UFG).	40h DE
Fabian Eduardo Debenedetti Carbajal	Comunicação e Expressão em Espanhol e Português	Graduação: Licenciatura em Letras Espanhol (UFRGS). Pós-Graduação: Mestrado – Literatura Comparada (UFRGS)	40h DE
Janaina Antonovick do Amarilho	Ciências da Natureza Aplicadas; Gestão humana e segurança do trabalho.	Graduação: Física (IFSul). Pós- Graduação: Especialização - Psicopedagogia com ênfase em Educação Especial (Universidade São Luís).	40h
Lauro Luis Borges Junior	Gestão humana e segurança do trabalho.	Graduação: Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais (UFPEL). Pós-Graduação: Mestrado em Ciências Sociais (UFPEL).	40h DE
Letícia Aguilera Larrosa da Rocha	Desenho técnico; Projeto arquitetônico; Introdução à construção civil, conservação e restauro.	Graduação: Arquitetura e Urbanismo (UFPEL) Pós-graduação:	40h

Magda Santos dos Santos	Ciências da Natureza Aplicadas	Graduação: Bacharelado e Licenciatura em Química (UFPEL). Pós-Graduação: Doutorado - Ciência e Tecnologia de Alimentos (UFPEL).	40h DE
Maicon Motta Soares	Projeto e práticas elétricas; Topografia	Graduação: Arquitetura (UFPEL). Pós-Graduação: Mestrado em Arquitetura (UFPEL).	40h DE
Marco Antonio Correa Collares	Gestão Humana e segurança do trabalho	Graduação: Licenciatura em História (UFPEL). Pós-Graduação: Mestrado em História (UFPEL).	40h DE
Michele Santos da Silva	Gestão humana e segurança no trabalho	Graduação: Licenciatura em Filosofia (UFPEL) Pós-Graduação: Mestrado em Filosofia (PUCRS).	40h DE
Nestor José Silveira de Silveira	Gerenciamento e orçamento; Conhecimento integrador na construção civil e restauro.	Graduação: Arquitetura e Urbanismo (UCPEL). Pós-Graduação: Especialização - Educação Ambiental e Cidadania (UNICID)	40h DE
Potira Gonçalves	Comunicação e expressão em espanhol e português	Graduação: Letras Português / Espanhol e respectivas literaturas (Unipampa).	40h
Sandro Cavalheiro Souza	Gestão Humana e segurança do trabalho	Graduação: Licenciatura em geografia (UFPEL). Pós-Graduação: Especialização – Geografia do Brasil (UFPEL).	40h DE

13.2 – Pessoal Técnico-administrativo

Nome	Titulação / Universidade
Anita Silva de Souza	Graduação: Licenciatura em História (UFRGS). Pós-Graduação: Mestrado - Planejamento Urbano e Regional (UFRGS).

Arides Silva Rodrigues	Graduação: Tecnólogo em Gestão Pública (Uninter)
Bruno Ferreira da Silva	Graduação: Administração (FURG).
Cátia Simone de Cardozo Xavier	Graduação: Licenciatura em Pedagogia (UFPEL). Pós-Graduação: Especialização – Educação (UFPEL).
Daiana Schons	Graduação: Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos (Anhanguera).
Elenir Silveira de Ávila	Graduação: Ciência da Educação (IESB).
Eliza Echevengúá Pereira da Silveira	Graduação: Licenciatura em Letras Português / Espanhol e suas respectivas Literaturas (Unipampa)
Helenice Silva de Souza	Graduação: Administração de Empresas (UCPEL)
Marcelo Felipe Saraiva Borba	Graduação: Tecnólogo em Teconologia da informação (IFSUL).
Rerlen das Neves Bitencourt	Graduação: Tecnologia em Gestão Pública (ULBRA) Pós-Graduação: Especialização – Direito Administrativo (Cândido Mendes).
Roberta Gonçalves Crizel	Graduação: Licenciatura em Pedagogia (ULBRA). Pós-Graduação: Especialização – Educação (ULBRA).

14 – INFRAESTRUTURA

14.1 – Instalações e equipamentos oferecidos aos professores e alunos

Identificação	Área-m ²
Sala de aula 1	48,5
Sala de aula 2	48,5
Sala de aula 3	48,5
Banheiro feminino 1	13,5
Banheiro feminino 2	13,5
Banheiro masculino 1	13,5
Banheiro masculino 2	13,5
Sala de professores	19,6

Laboratório de informática	35,5
----------------------------	------

Laboratório de informática

- Microcomputadores: 32 unidades
- Projetor multimídia: 1 unidade Tela de projeção: 1 unidade

* A biblioteca e videoteca, ambos com acervo atualizado e específico, se encontram em fase de implantação.

14.2 – Infraestrutura e Acessibilidade

O Câmpus Avançado Jaguarão possui em sua infraestrutura as condições de acessibilidade de atendimento para o recebimento de alunos portadores de necessidades especiais, observando os quesitos da legislação vigente, tais como as descritas a seguir:

- Piso tátil
- Rampas de acesso
- Banheiros adaptados masculinos e femininos

14.3 – Infraestrutura de laboratórios específicos à Área do Curso

Microcomputadores: 32 unidades

Tela de projeção: 1 unidade